



SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E DO TURISMO DE SANTA LUZIA/MG

PORTARIA SMCT Nº 15/2024, DE 21 DE MARÇO DE 2024.

Concede autorização de uso do bem público denominado "Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida", a título precário, para atividades específicas e transitórias, nos termos dos §§ 1º e 5º do art. 113 da Lei Orgânica Municipal.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CULTURA E DO TURISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que nos termos do *caput* do art. 113 da Lei Orgânica Municipal, os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão de uso, permissão de uso e autorização de uso, conforme o caso e o interesse público ou social, devidamente justificado, o exigir;

CONSIDERANDO que a autorização de uso, se formalizará mediante termo ou contrato, do qual constarão expressamente as condições estabelecidas, entre as quais a finalidade da sua realização e o prazo de vigência, conforme prevê o § 1º do art. 113 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que conforme dispõe o § 5º do art. 133 da Lei Orgânica Municipal a autorização de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por portaria expedida pelo órgão responsável, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, desde que observada a finalidade pública para a utilização do imóvel, não podendo ser desvirtuada sua destinação; e,

CONSIDERANDO que compete ao Secretário Municipal da Cultura e do Turismo administrar e supervisionar o Teatro, sob responsabilidade do Município, nos termos do inciso XIV do art. 39 da Lei Complementar nº 3.123, de 01 de setembro de 2010; e nos termos da Lei Complementar nº 4.570, de 30 de março de 2023, que "Dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Luzia e dá outras providências";

RESOLVE:

Art. 1º Conceder autorização de uso do bem público denominado "Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida" para o AUTORIZATÁRIO <u>LILIANE CRISTINA MARQUES xxx674496xx - CNPJ xx.xxx.871/0001-xx</u>, com endereço na Rua xxxxxxxx, xxxx, Bairro xxxxxx, Cidade de Santa Luzia /MG, CEP.: xx.xxx-xxx, a título unilateral, precário e discricionário, para a realização do evento denominado <u>Prêmio Destaques de Santa Luzia/Revista Mercado,</u> a ser realizado no <u>dia 21 de março de 2024, de 09:00 às 22:00 horas.</u>

Parágrafo único. A autorização de uso concedida nos termos desta Portaria tem por finalidade a utilização do bem público descrito no *caput*, exclusivamente, para o evento <u>Prêmio Destaques de Santa Luzia/Revista Mercado.</u>

- Art. 2º O prazo de vigência da autorização de uso será o dia 21 de março de 2024, das 09:00 às 22:00 horas.
- Art. 3º As obrigações do AUTORIZATÁRIO estão descritas no Termo Administrativo de Autorização de Uso celebrado com o Poder Público Municipal, para a realização do evento objeto desta autorização.

Parágrafo único. O Termo Administrativo de Autorização de Uso de que trata o *caput* é parte integrante desta Portaria.

- Art. 4º O Teatro Municipal Antonio Roberto de Almeida não disponibiliza nenhum equipamento sonoro ou iluminação para os eventos nele realizados, conforme parágrafo 2.5 da Cláusula Segunda, presente no Termo Administrativo de Autorização de Uso Nº 15/2024.
- Art. 5º É proibida a utilização de quaisquer tipo de confetes ou papel picado, bem como fogos pirotécnicos no teatro, máquina de fumaça e quaisquer tipos de lanche no recinto.
- Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Luzia/MG.

Santa Luzia/MG, 21 de Março de 2024.

[Conforme assinatura digital]

OBSERVAÇÃO: O presente Documento contém 1 (uma) página numerada e está assinado eletronicamente na Página 1 de 1.





SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E DO TURISMO DE SANTA LUZIA/MG

TERMO Nº 15/2024

TERMO ADMINISTRATIVO DE AUTORIZAÇÃO DE USO, A TÍTULO UNILATERAL, PRECÁRIO E DISCRICIONÁRIO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E DO TURISMO E LILIANE CRISTINA MARQUES 94067449615 - CNPJ 15.176.871/0001-38.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FINALIDADE

- 1.1. O objeto do presente Termo Administrativo de Autorização de Uso constitui-se na autorização de uso do bem público denominado Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida, situado na Rua Direita, 373, Bairro Centro, Município de Santa Luzia/MG, a título unilateral, precário e discricionário, tendo por finalidade a utilização exclusiva, pelo AUTORIZATÁRIO, para a realização do evento "Prêmio Destaques de Santa Luzia/Revista Mercado" cujo representante é a pessoa física Liliane Cristina Marques, CPF nº 940.674.496-15; e,
- 1.2. Este evento particular será realizado de forma NÃO ONEROSA, devendo os expectadores contribuírem com 1kg de alimento não perecível para doação às Instituições do Cadastro Municipal de Santa Luzia/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO AUTORIZATÁRIO

- 2.1. Manter, preservar e conservar o bem público recebido a título de autorização de uso, da forma em que lhe foi entreque;
- 2.2. Manter o imóvel público, objeto deste Termo, em bom estado de conservação, zelando para o bem não sofrer nenhum tipo de depredação, invasão ou destruição;
- 2.3. Destinar o imóvel à realização do evento "<u>Prêmio Destaques de Santa Luzia/Revista Mercado"</u>;
- 2.4. Manter o bem público em boas condições de higiene e limpeza, e os aparelhos e equipamentos que compõem o Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida em perfeito estado de conservação, tais como foram cedidos;
- 2.5. Contratar e custear qualquer material técnico ainda que existente no bem público objeto do presente Termo de Autorização de Uso, responsabilizando-se pela guarda e conservação de tais materiais; inclusive de limpeza, independendo de haver mais de uma cessão de evento;
- 2.6. Devolver o imóvel ora autorizado ao uso, quando da rescisão do presente Termo, nas mesmas condições e estado em que o recebeu; <u>inclusive procedendo com a limpeza do espaço durante a realização do evento</u>, deixando-o nas mesmas condições em que fora entregue, independendo de haver mais de uma cessão de evento; e,
- 2.7. Respeitar as disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Legislação Federal, Estadual e Municipal, bem como a moral e bons costumes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

- 3.1. O presente Termo Administrativo de Autorização de Uso por prazo determinado possui vigência de 01 (um) dia, sendo 21 de MARÇO de 2024, das 09:00 às 22:00 horas; e,
- 3.2. É facultado às partes, em qualquer ocasião, durante a vigência desta autorização, modificar o presente instrumento, ajustando-o às novas circunstâncias legais e fáticas mediante celebração de respectivo Termo Aditivo.

Assinatura
Página 1 de 2





SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E DO TURISMO DE SANTA LUZIA/MG

CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRAPRESTAÇÃO

- 4.1. Os eventos a serem realizados com bilheteria paga, 10% (dez por cento) da venda deverá ser destinada à Municipalidade para aplicação no Fundo Municipal de Cultura, e deverá ser garantida a meia-entrada, nos termos da Lei nº 12.933./2013;
- 4.2. O depósito ou transferência bancária deverá ser feito em até 05 (cinco) dias após a realização do evento, sendo o respectivo comprovante enviado para o email: cultura@santaluzia.mg.gov.br, que deverá constar: Número de bilhetes vendidos, Valor Total arrecadado; e,
- 4.3. Os dados para depósito e ou transferência bancária são: Banco do Brasil, Agência: 2582-8, C/C: 65658-5 Fundo Municipal de Cultura. CNPJ: 18.715.409/0001-50. Dígito Identificador: CPF do depositante.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

- 5.1. O presente Termo poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial, em caso de superveniência de disposição legal que o torne material ou formalmente impraticável, ou, ainda, resolvido por consenso das partes, podendo ser denunciado por qualquer delas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias; e,
- 5.2. Em caso de rescisão unilateral do presente Termo pela Administração Pública Municipal, autorizada a qualquer tempo, tendo em vista o caráter precário desta autorização, não caberá qualquer tipo de indenização ou valor de ressarcimento ao AUTORIZATÁRIO.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. O AUTORIZANTE poderá fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes deste Termo;
- 6.2. A presente autorização de uso NÃO transfere, de forma alguma, o domínio do bem público para o ora AUTORIZATÁRIO, ficando reservada ao Município/AUTORIZANTE a inteira defesa de seu bem, o que pode ser feito a qualquer momento;
- 6.3. O AUTORIZATÁRIO não poderá transferir ou emprestar o imóvel ou permitir utilização diversa, no todo ou em parte, sob pena da rescisão imediata do presente Termo de Autorização de Uso;
- 6.4. Fica expressamente proibida qualquer construção, alteração física ou benfeitoria no imóvel objeto deste Termo:
- 6.5. O AUTORIZATÁRIO se compromete a devolver o bem público cedido no mesmo estado em que recebeu, sob pena de responsabilização e reparação pelos danos que eventualmente forem causados ao imóvel:
- 6.6. O AUTORIZANTE não se responsabiliza por objetos esquecidos ou deixados nas dependências do Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida;
- 6.7 É PROIBIDO o uso de grampos, parafusos, cola branca, cola quente e fitas adesivas, em qualquer parte do Teatro, inclusive na parede do palco, coxias, paredes e portas do camarim, só sendo permitido o uso de alfinetes. O não cumprimento dessa cláusula, acarretará ao PERMISSIONÁRIO uma proibição de se apresentar no Teatro Municipal, por um período de 02 (dois) anos;
- 6.8 Todo e qualquer dano às instalações do Teatro sem prévia solicitação e autorização, sem prejuízo da multa estipulada neste contrato, obrigará o PERMISSIONÁRIO a realizar o integral ressarcimento dos danos:
- 6.9 É PROIBIDO nas dependências do Teatro o consumo de qualquer tipo alimento, com exceção do camarim e da sala de apoio. É terminantemente PROIBIDO o uso de bebidas alcoolicas; e,
- 6.10 Ficará a cargo do AUTORIZATÁRIO a contratação de 1 (UM) BRIGADISTA, 1 (UM) PORTEIRO E 1 (UM) PRESTADOR DE SERVIÇOS GERAIS, devendo os mesmos ficaram presentes durante o evento.

CLÁUSULA SÉTIMA - FORO DE ELEIÇÃO

- 7.1. Fica eleito o foro de Santa Luzia/MG para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Termo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja; e,
 - 7.2. Por estarem assim aiustadas, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias, de igual teor.

Santa Luzia/MG, 21 DE MARÇO DE 2024.

[Conforme assinatura digital]

AUTORIZANTE

CASSIANO LUIS BOLDORI SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CULTURA E DO TURISMO PREFEITURA DE SANTA LUZIA **AUTORIZATÁRIO**

LILIANE CRISTINA MARQUES CNPJ xx.xxx/0001-xx CPF XXX.674.496-XX

Página 2 de 2